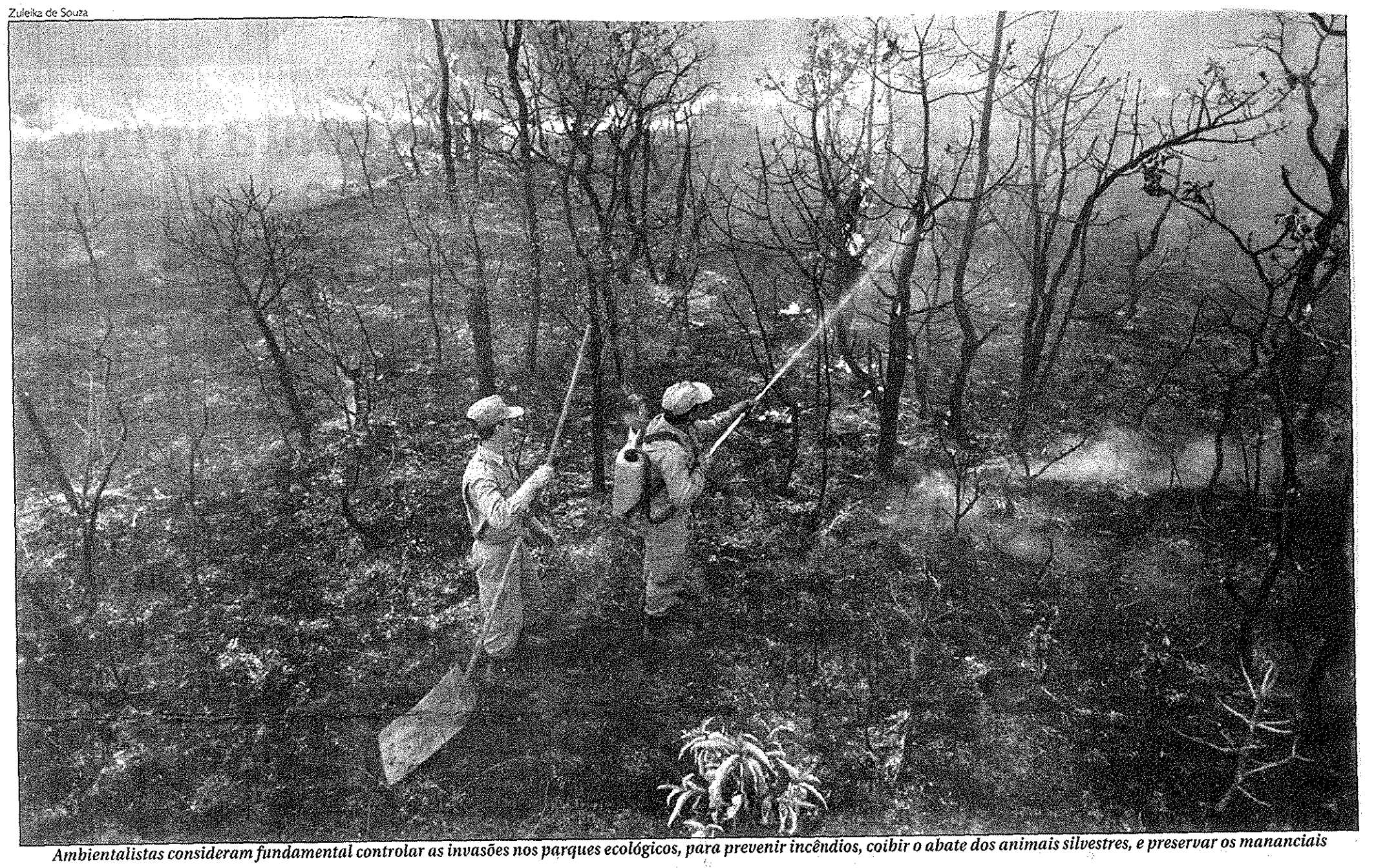
Acervo ISA

Documentação
CB
14/8/96 Pg 7
Classe 03

Zuleika de Souza



Ambientalistas consideram fundamental controlar as invasões nos parques ecológicos, para prevenir incêndios, coibir o abate dos animais silvestres, e preservar os mananciais

MEIO AMBIENTE

Ecologistas questionam ordenamento

Fernanda Lambach
Da equipe do Correio

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), enviado à Câmara Legislativa pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), foi questionado por representantes de organizações não-governamentais, como a Funatura, e de instituições públicas, como o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema).

O risco de o Parque Nacional de Brasília ficar à mercê de invasores foi motivo de reclamação, ontem, durante reunião pública no Palácio do Buriti.

Ambientalistas e ecologistas não concordam com a idéia de uma área do parque próxima ao Cruzeiro e ao Guará ser estabelecida como zona urbana de dinamização e outra, perto do Lago Norte, como zona urbana de uso controlado.

"Essa proposta vai contra a legislação federal, que determina a existência de uma zona-tampão, entre 500 metros e três quilômetros, protegendo os limites do parque com a área urbana. O mapa proposto pelo IPDF dá a entender que quando termina a cerca já pode haver desenvolvimento urbano", critica Raquel Milano, funcionária do parque. Ela entregou, ontem, ao presidente do IPDF, Philippe Torelly, uma moção para que as áreas citadas sejam transformadas em zona rural de uso controlado.

AMARGA CONVIVÊNCIA

Um dos principais argumentos de Raquel para que a área em volta do parque não seja ocupada por famílias e comércio é a amarga convivência atual da administração com catadores de lixo e famílias da invasão da Estrutural. Aos poucos, animais silvestres vão sendo mortos, incêndios são provocados e mananciais de água, esgotados.

"Por causa dos invasores, o córrego Bananal, que é uma das nossas esperanças na formação de um espelho de água que supra Brasília, no futuro, está secando", denuncia Raquel.

O superintendente do Ibama, Francisco Palhares, participou dos debates sobre o PDOT e foi categórico. Uma área florestal, tampão, entre o parque e a zona urbana tem de ficar melhor definida na proposta do IPDF, para evitar problemas futuros. "Se o governo atual está empenhado em controlar invasões, não se pode garantir que, futuramente, outros governos exerçam a mesma fiscalização", afirma Palhares.

Philippe Torelly, em resposta às dúvidas dos ambientalistas e ecologistas, disse que as leis atuais que estabelecem a necessidade da criação da zona-tampão na área de conservação florestal continuarão a ser respeitadas. "Não há necessidade, no entanto, de o plano diretor repetir o que já está estabelecido por outras leis", opina Torelly.

ADENSAMENTO

Flávio Montiel, diretor do Iema, vê outros problemas no PDOT. "As áreas propostas como de dinamização urbana apresentam baixo desenvolvimento urbano, baixos níveis de renda, baixa escolaridade e problemas de alta mortalidade infantil e infra-estrutura", comenta Flávio.

Segundo ele, nessas áreas também há um baixo índice de área verde, fundamental para garantir a boa qualidade de vida das pessoas.

Montiel observa, ainda, que a vontade do governo de resolver problemas como o da regularização de condomínios ilegais pode transformar Brasília em uma cidade caótica. "Da maneira com que o PDOT está sendo colocado parece que estamos optando pelo adensamento populacional de Brasília e corremos o risco de ter uma hiperpopulação", avalia.

O presidente do IPDF declara que a interpretação do Iema foi equivocada. "Estabelecemos como área de dinamização urbana locais onde 65% da população do Distrito Federal já está estabelecida. É uma maneira de estimular investimentos públicos e privados na região", defende Torelly.

POSITIVO

Mas não só pontos negativos do PDOT foram analisados. O presidente da Fundação Zoobotânica, Rogério Dias, acha que o plano diretor é muito mais avançado do que o existente e elogia o fato de algumas áreas rurais terem sido resgatadas.

"O plano diretor antigo foi desenvolvido em cima de mapas, sem estudos aprofundados e transformava regiões rurais em zonas de expansão urbana, sem nenhum critério", conta Rogério.

Segundo ele, com o PDOT, casos específicos como o da Colônia Agrícola Vicente Pires foram avaliados e a importância da manutenção das zonas rurais, considerada.

"Os benefícios da manutenção das áreas rurais são muitos. Os recursos hídricos permanecem protegidos, gera-se mais empregos e a população de Brasília tem a possibilidade de comprar, em feiras, alimentos mais frescos do que os vindos de outros estados", opina Rogério.